

Oposição busca assinaturas para abrir comissão de investigação

Requerimento aprovado ontem engloba 11 denúncias de irregularidades

EUGÉNIA LOPES

BRASÍLIA – Os partidos de oposição vão começar a recolher hoje as assinaturas para a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a investigar denúncias de corrupção no governo. O requerimento para a CPI, aprovado ontem pelos oposicionistas, é amplo e engloba 11 diferentes frentes a serem investigadas pelos parlamentares. As denúncias foram feitas pelos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Jader Barbalho (PMDB-PA), presidente do Senado, que estão em guerra e trocam acusações de enriquecimento ilícito.

“Ou apuramos as denúncias e colocamos um ponto final nisso ou vamos virar o País do denuncismo”, disse ontem o presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, que esteve em Brasília para participar de reunião da bancada do partido. “O ACM era a cara-metade do Fernando Henrique (Cardoso) e está fazendo denúncias que saem do próprio seio do governo.” Para a instalação de CPI mista (Câmara e Senado) são necessárias 171 assinaturas de deputados e 27 de senadores.

Na tentativa de pressionar os deputados e senadores a criar a comissão, os oposicionistas vão fazer um ato de coleta de assinaturas em todas

as capitais do País. “Realizaremos grande mobilização com a sociedade para persuadir os parlamentares”, afirmou Lula. A oposição está programando grande ato de protesto em Brasília em 5 de abril. “Vai depender da pressão da sociedade para conseguirmos instalar a CPI”, afirmou o deputado José Dirceu (PT-SP).

O requerimento da comissão é tão amplo que aborda até o chamado Dossiê Cayman, que envolve o ministro Sérgio Motta (morto em abril de 1998), o governador Mário Covas (morto na semana passada), o ministro José Serra (Saúde) e Fernando Henrique. “Acho que o presidente precisa dar resposta à sociedade porque não basta parecer honesto, é preciso ser honesto e a única forma do Fernando Henrique comprovar isso é mandar apurar”, disse Lula. O dossiê é um conjunto de documentos forjados sobre suposta empresa no exterior pertencente à cúpula do PSDB.

Entre os casos que a CPI vai investigar estão suposto tráfico de influência do ex-secretário-geral da Presidência Eduardo Jorge Caldas Pereira, liberação de verba pública sem a observância das normas de pagamento de precatórios pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), durante a gestão do ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, e desvio na apropriação de rendimentos de aplicações financeiras pelo Banco do Estado do Pará (Banpará), em 1984, em favor de Jader Barbalho (PMDB-PA).

Dida Sampaio/AE

PARTIDOS PREPARAM ATOS NAS CAPITAIS



Lula (D), com Dirceu: 'FHC precisa dar resposta à sociedade'